

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLADORIA**

**OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA AS FAMÍLIAS DE CLASSE
MÉDIA**

AMANDA MARZOLLO WENZEL LUIZ

**CURITIBA
2015**

AMANDA MARZOLLO WENZEL LUIZ

**OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA AS FAMÍLIAS DE CLASSE
MÉDIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso especialização em Controladoria do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, para efeito de conclusão de curso.

Orientadora: Prof. Mayla Cristina Costa

**CURITIBA
2015**

**OS DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA AS FAMÍLIAS DE CLASSE
MÉDIA**

AMANDA MARZOLLO WENZEL LUIZ

Esta monografia foi apresentada à coordenação do curso de especialização da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do grau de especialista em controladoria.

Prof.

Banca examinadora:

Presidente:
Universidade Federal do Paraná

Membro: Prof.
Universidade Federal do Paraná

Membro: Prof.
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 30 de junho de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos da minha família que me apoiaram em especial a minha mãe Raquel Alexandre Marzollo a quem dedico esse trabalho. Agradeço ao meu noivo Wanderley Stringhini pelo apoio e também a todos os professores que contribuíram ao longo dessa trajetória.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA	11
1.2 QUESTÕES DA PESQUISA.....	12
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 OBJETIVO GERAL	12
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.4 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 CONTEXTO MACROECONÔMICO DO BRASIL NO PERÍODO DE 1984-2014	14
2.1.1 A inflação que acaba com o sono dos brasileiros é massacrada pelo plano real.....	14
2.1.2 A era Lula e o crescimento econômico.....	19
2.2.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA NO PERÍODO DE 1984-2014	26
2.2.1 Os desafios do controle orçamentário doméstico.....	26
2.2.2 Os desafios enfrentados pelas famílias nas últimas décadas.....	27
2.2.3 O consumo das famílias.....	29
3 METODOLOGIA	31
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	33
4.1 Indicadores econômicos brasileiros.....	33
4.2 Comparação de alguns fatores da pesquisa de orçamentos familiares o POF, realizada pelo IBGE	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	48
REFERÊNCIAS	50

RESUMO

MARZOLLO WENZEL LUIZ, Amanda. **Os desafios da economia brasileira para as famílias de classe média.** 2015. f. Monografia (Especialização em Controladoria) – Universidade Federal do Paraná.

Nos últimos 30 anos, o Brasil vem passando por uma série de medidas seja no âmbito social ou econômico afim de estabilizar a inflação e diminuir a desigualdade social da população como um todo. Esse trabalho tem como objetivo analisar e estudar o que mudou durante essas três últimas décadas na vida dos cidadãos brasileiros, em especial aqueles que pertencem a classe média. Para isso foi destacado os acontecimentos mais relevantes com relação à política e economia, além das mudanças ocorridas nos perfis dessa classe. Procurou-se também demonstrar como a população atual lida com o descontrole das dívidas, consumo exagerado e o volume de ofertas promovidas pelas companhias com seus diferentes tipos de produtos e serviços. Para tanto, foram utilizadas algumas pesquisas promovidas por órgãos e institutos renomados em conjunto com informações obtidas através de obras realizadas por autores conhecidos.

Palavras-chave: Economia, Endividamento, Família de classe média brasileira

ABSTRACT

MARZOLLO WENZEL LUIZ, Amanda. **The Brazilian economy challenges for the middle class family.** 2015. f. Course Conclusion Work (Controllershship Specialization) – Universidade Federal do Paraná.

Brazil has been undergoing a series of social and economic changes during the last 30 years, these changes are necessary to stabilize the inflation and to reduce the social inequality of population. This study has the purpose to analyze the main changes in the Brazilians economical life during those three decades, in special for the middle class. For it was highlighted the most relevant impacts relating to the politics, economics aspects and the special changes occurred in this profile. This study intends to present how the actual population manages with the uncontrolled debts, overconsumption and high offers of different products produced by companies. For it was used some studies and research made by a renowned institutes and well-known authors.

Keywords: Economy, Borrowing, the Brazilian middle class family

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de Inflação no Brasil - IPCA.....	33
Gráfico 2: Taxa SELIC Efetiva	34
Gráfico 3: Percentual de aumento do salário mínimo.....	36
Gráfico 4: Taxa de desemprego.....	36
Gráfico 5: Perfil das classes econômicas no Brasil	37
Gráfico 06: Representatividade dos itens de necessidade básica comprados supermercados.....	42
Gráfico 07: Evolução da estrutura de participação de extratos selecionados de renda monetária familiar per capita nos principais grupos de despesa	44
Gráfico 08: Estrutura de participação do mercado de bens duráveis.....	45
Gráfico 09: Estrutura de participação dos mercados de aparelhos eletroeletrônicos, automóveis, casas e artigos mobiliários	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Salário mínimo.....	35
Tabela 02: Despesas não-monetárias e sua composição pelas principais rubricas de gasto, segundo a situação do domicílio.....	39
Tabela 03: Composição da despesa corrente familiar	40
Tabela 04: Brasil: quantidade anual per capita de alimentos adquiridos para consumo no domicílio.....	41
Gráfico 06: Representatividade dos itens de necessidade básica comprados supermercados.....	42
Tabela 05: Composição da despesa com educação	42
Tabela 06: Brasil metropolitano: distribuição das despesas com transporte segundo seus componentes	43

1 INTRODUÇÃO

Considerada a sétima maior economia do mundo, o Brasil em conjunto com a China, Índia, Rússia, Indonésia e México, representa 32,3% do PIB Global, pode-se dizer que é uma potência e um dos principais países do continente americano. (UOL, acesso em dezembro de 2014).

Na análise histórica do contexto econômico, percebe-se que no final dos anos 70, um novo arcabouço institucional foi instituído, em um cenário marcado por uma profunda crise econômica e fiscal e por mudanças na economia capitalista mundial. Diante desse quadro e de uma redefinição da inserção do Brasil no sistema internacional, o modelo de desenvolvimento econômico, fundamentado no financiamento público, foi rompido. Em função do crescente endividamento externo ocorrido no final do período militar, reduziu-se, expressivamente, a capacidade interna em articular as esferas regionais e locais de governo; em criar programas e projetos sociais e econômicos; e em “costurar” pactos de poder entre as regiões. Dado o comprometimento das receitas com o pagamento da dívida pública e o consequente esvaziamento financeiro do governo central, iniciou-se um ciclo de recessão e hiperinflação (Affonso, 1995).

Assim, ao longo das últimas décadas a população passou por diversos desafios com relação a economia, o Brasil teve um momento de estabilidade na década de 70, passou por um período de inflação e re-estabilização em meados dos anos 80 e 90. Já em 2.000 o país teve um crescimento acelerado. (UOL, acesso em dezembro de 2014)

A sociedade brasileira também mudou bastante com relação aos seus hábitos, seguindo a tendência mundial. Se no passado os jovens casavam e tinham seus filhos numa idade relativamente nova, a população atual segue em busca de sucesso na carreira e estabilidade no âmbito financeiro.

Uma grande parte das pessoas saíram da linha da pobreza para pertencer a classe média. Com essa mudança surgiu um novo perfil de hábitos entre as famílias, isso tudo contou com a participação e influência direta ou indireta do governo.

A classe C é uma das que mais consomem produtos e serviços, pode-se dizer que ela é a menina dos olhos para muitos empresários, seu papel é essencial na geração de empregos e movimentação da economia. (SILVEIRA; SERVO; MENEZES; PIOLA, 2007).

Embora seja uma tendência haver uma mudança para melhor na renda dos trabalhadores muitas pessoas reclamam de estarem endividadas e sem perspectivas boas com relação as suas finanças.

Como já foi dito anteriormente, os hábitos estão mudando não só pelo aumento de alguns serviços bem como o acesso a novidades. Todos querem e sonham com os itens de moda em especial as crianças e adolescentes o que acaba se tornando um problema, pois, não existe a matéria investimentos nas escolas.

Voltando a falar num aspecto mais global, hoje o país tem uma posição importante, tanto que diversos cientistas políticos acreditam na possibilidade de daqui há 50 anos o Brasil entrar no *ranking* como a quarta maior economia do mundo.

Para que haja um crescimento é essencial não só o governo agir, mas todos estarem cientes do seu papel na economia e como funciona esse processo. Definir orçamento, escolher aqueles que serão os representantes da população e atribuir uma estratégia de economia depende de todos.

1.1 PROBLEMA

Com base no contexto apresentado, este trabalho tem como objetivo discutir:

O que melhorou ou piorou economicamente na vida dos trabalhadores brasileiros da classe média nos últimos 30 anos?

1.2 QUESTÕES DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta monografia consideram-se pertinentes as seguintes questões de pesquisa:

- Como os últimos acontecimentos influenciaram a vida financeira dos brasileiros?
- Quais os desafios da classe média nesses últimos 30 anos?

1.3 OBJETIVOS

Neste capítulo é apresentado o objetivo geral e específico que baseiam esta pesquisa.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Comparar estatisticamente o padrão de vida dos brasileiros em termos econômicos nos últimos 30 anos.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para realizar este estudo serão utilizados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar mudanças nos fatores econômicos ao longo dos últimos 30 anos.
- Analisar a mudança no padrão de vida a luz dos fatores econômicos.
- Avaliar o grau de endividamento das famílias brasileiras ao longo dos últimos anos.

1.4 JUSTIFICATIVA

Estudos indicam que a classe média tem aumentado no Brasil, com diversas medidas tomadas pelo governo, o país vem se tornando cada vez menos desigual. Através de programas de financiamento estudantil muitos jovens conseguiram ingressar na faculdade o que no passado era algo quase impossível para seus pais. Entretanto, no passado as pessoas casavam mais cedo e tinham seus filhos, hoje com o aumento nos preços dos imóveis os jovens ficam mais tempo morando na casa de seus pais e tem menos filhos.

Na década de 2000 houve um avanço das políticas de inclusão social como o bolsa família, o FIES, minha casa minha vida entre outros. Vários brasileiros passaram a pertencer ao grupo de famílias de classe média e com isso o país passou a ser mais atraente no ponto de vista dos investidores externos.

Ao conversar com pessoas que viveram esses três períodos da economia escuta-se muitas vezes murmurações de insatisfação com o atual governo além do temor de que uma nova inflação possa estar voltando. Mas será que comparando essas diferentes épocas é possível concluir se a economia piorou ou melhorou levando em consideração o poder aquisitivo das pessoas?

Para responder à questão acima, essa pesquisa tem como intuito oferecer uma visão ampla sobre a economia e o trabalho que o governo vem fazendo para combater os juros altos, as políticas de inclusão social e distribuição de renda.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para iniciar-se este estudo será necessário analisar o que aconteceu nesses últimos 30 anos com relação à política e economia. Somado a isso deverá ser exposto o perfil da nova classe média e suas principais alterações de comportamento.

Serão objetos desse estudo os fatos que ocorreram durante os últimos 30 anos em especial a mudança de presidentes e de gestão. Serão destacadas as melhorias ocorridas durante o plano real e o governo Lula.

Em conjunto a esses fatores políticos será visto o novo perfil da classe média e suas principais preocupações haja visto que ela representa a maior parte da população e a que mais consome no país.

2.1 CONTEXTO MACROECONÔMICO DO BRASIL NO PERÍODO DE 1984-2014

2.1.1 A inflação que acaba com o sono dos brasileiros é massacrada pelo plano real

A macroeconomia é o estudo e análise econômica que engloba assuntos diversos como inflação, emprego, crescimento econômico e vários outros fatores. Apesar das pessoas não terem estudado esse tema nas escolas é possível observar essas variáveis influenciando diretamente as suas vidas o que torna um assunto interessante.

Na década de 1980 e quase na metade dos anos 90 o Brasil se afundava em dívidas. A população sofria com os preços dos produtos, serviços nas alturas e com as tentativas errôneas dos governantes em equilibrar a economia. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO, 20014).

Em 1992 o Brasil sofreu o impeachment do Presidente Fernando Collor que acabou sendo substituído pelo seu vice, o presidente Itamar Franco. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

Um dos pontos mais importantes durante a era Collor foi o confisco dos depósitos bancários pertencentes a população no limite de 50.000,00 cruzeiros por um prazo determinado o que gerou a revolta dos brasileiros. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

O resultado do Plano Collor haveria de ser uma violenta recessão. Por uma simples razão: além de bloquear a quase totalidade dos ativos financeiros, em lugar de bloquear apenas os vinculados aos títulos públicos, “entesourou” os recursos daí derivados, ao invés de estabelecer um programa que liberasse o capital de giro da pequena e média empresa e canalizasse os recursos sequestrados da especulação financeira para a produção, a infraestrutura e a área social.

Sem dinheiro para irrigar a economia, esta haveria de entrar em crise. A situação se agravou em face do violento arrocho salarial e do corte dos gastos públicos, que derrubaram fortemente a demanda. ” (SOUZA; NILSON ARAUJO; 2008, P. 206)

O ano de 1994 foi muito importante para o Brasil não só pela vitória na copa, mas pela eleição do novo presidente Fernando Henrique Cardoso e a implantação do plano real, o que tornou a economia mais estável, porém, antes de falar sobre a economia nesse período é necessária uma breve explicação sobre o que é inflação.

Define-se inflação como um índice que demonstra o aumento de preços de um conjunto de bens e serviços que representam o padrão de consumo das pessoas ou das empresas. Normalmente está ligada ao crescimento das despesas do governo, mudanças não favoráveis na economia internacional e incertezas com o poder executivo. (UNIFRA,2015)

Como foi dito no começo do texto, anteriormente ao ano de 1994 o país sofria com a hiperinflação, nessa época os preços dos produtos subiam significativamente de um dia para outro. As empresas não conseguiam planejar seus custos e as classes trabalhadoras não tinham os seus salários reajustados de acordo com a alta dos preços. Havia filas nos estabelecimentos comerciais para

comprar itens básicos de higiene e alimentação e alguns produtos eram vendidos no mercado negro por preços ainda mais altos. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

Em 1993 o plano real começou a ser elaborado, durante o governo do Itamar Franco, nesse período as contas públicas foram equilibradas, ou seja, o governo diminuiu suas despesas e aumentou suas arrecadações.

Na sequência foi criada a URV ou unidade real de valor que era uma moeda virtual. Apesar de não existir fisicamente ela era utilizada para apresentar o balanço das empresas e documentos da época. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

A criação da URV foi importante para a transição do cruzeiro real para o real. Ela servia como uma referência para os preços dos produtos na época, além de ser utilizada para referenciar os gastos do governo e contratos firmados nesse período. Com isso a imagem do país no exterior começou a melhorar e obteve-se mais confiança de possíveis investidores. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

A URV foi criada em março e teve duração de aproximadamente quatro meses. Foi um período curto mas ajudou a organizar o aumento dos preços já que no passado esse ajuste era feito com base em expectativas futuras de aumento. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

O URV deixou de existir e no dia 1º de julho de 1994 foi concretizada a última etapa do plano de estabilização econômica no país aonde milhares de pessoas foram convocadas a substituir suas notas de cruzeiro real pela nova moeda o real. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

Em resumo, a “engenharia” explícita do plano era a seguinte: “ajuste fiscal” para equilibrar as contas públicas, URV para “realinhar” preços e salários e troca de moeda para recuperar sua credibilidade (SOUZA; NILSON ARAUJO; 2008, P. 231)

Diversas medidas foram testadas para estabilizar e controlar a inflação, mas nenhuma deu tão certo quanto o plano real. Fernando Henrique Cardoso sendo o ministro da fazenda na época e candidato a presidência da república foi eleito com mais de 50% dos votos já no primeiro turno. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

Fernando Henrique era sociólogo e cientista político, nasceu no Rio de Janeiro, mas morava em São Paulo, era filho de militar e lecionou em diversas universidades. Como já informado foi um dos principais precursores do plano real.

E falando no plano, o único problema da nova moeda foi a sua paridade com o dólar que era de 1R\$ para 1 US\$. Com essa paridade as importações começaram a ser estimuladas o que obrigou as empresas locais a reduzirem seus custos e receitas. O governo também desenvolveu uma política de aumento das taxas de juros afim de captar recursos provenientes do exterior. (UOL, 2015)

Muitas empresas locais acabaram quebrando pois além dos custos elevados para fabricar seus produtos, os juros altos dos empréstimos prejudicaram os negócios, pois tornou –se um crédito muito caro para as empresas locais e também para o governo já que a dívida pública também aumentou. Alguns analistas acreditam que o plano real gerou uma estabilização da economia, mas infelizmente o país ficou estagnado durante anos, ou seja, não apresentou nenhum crescimento econômico. (UOL, 2015)

Embora a população e os analistas tivessem temor de que o descontrole da inflação voltasse a assombrar o país, isso acabou não ocorrendo.

Em 1997 o governo aprovou uma emenda constitucional aonde a reeleição para cargos executivos pudessem ser realizadas. Partidos contrários ao governo acusavam o presidente de ter comprado votos dos parlamentares e solicitaram a abertura de uma CPI, porém, não houve sucesso. (SOUZA, NILSON ARAÚJO,2008)

Com o excelente resultado do plano real e uma economia estável o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu se reeleger já no primeiro turno no ano de 1998. No entanto o segundo mandato já não começa tão bem. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Em meio a crises internacionais vários investidores receosos decidem retirar seus investimentos e o Brasil começa a entrar num período longo de recessão. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Em 1999 manter a paridade do dólar e real já não foi mais possível e a moeda local teve que ser desvalorizada com isso o país recorreu ao FMI ou fundo monetário internacional para conseguir empréstimos. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJIAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Em 2000 foi criada a lei de responsabilidade fiscal que prevê um mecanismo de maior controle das contas públicas e busca reforçar a importância de um planejamento dos gastos do governo havendo maior vigor com relação a aquisição de empréstimos. (OBSERVATÓRIO DA GESTÃO PÚBLICA,2015)

Foram criados alguns instrumentos para que esse planejamento pudesse ser realizado com êxito. Pode-se citar o plano plurianual- PPA, lei de diretrizes orçamentárias – LDO e lei orçamentária anual – LOA. Abaixo encontram-se breves definições sobre cada uma:

Plano plurianual – PPA: Estabelece metas e objetivos do governo para um período de quatro anos e tem como intuito auxiliar o gestor público a organizar os programas de bens e serviços que beneficiaram a população durante seu mandato. Procura-se definir prioridades e gerar uma integração dos orçamentos promovendo uma maior transparência dos gastos.

Lei de diretrizes orçamentárias – LDO: Estabelece metas e prioridades do governo dentro do período de um ano e direciona o rumo que a LOA deve seguir.

Lei orçamentária anual – LOA: Determina os recursos públicos que deverão ser aplicados no período subsequente e dentro de um ano.

A lei de responsabilidade fiscal serve também para definir o quanto deverá ser utilizado de verba com a educação, a saúde e as despesas com pessoal.

Fernando Henrique Cardoso finaliza seu segundo mandato em 2002 e entra para a história como o presidente que deu o pontapé inicial no processo de estabilização da inflação, privatização de empresas estatais e também idealizador da reforma do estado brasileiro. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJIAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

2.1.2 A era Lula e o crescimento econômico

No ano de 2003 assume o poder Luís Inácio Lula da Silva. Ex-sindicalista e metalúrgico, nascido em Pernambuco filho de lavradores e analfabetos, passou fome e viveu na pobreza, logo ganhou a simpatia das pessoas. Foi sem dúvida um dos políticos mais carismáticos da população. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Em seu discurso emocionante o novo presidente pronunciou uma frase que ficou marcada em todos aqueles que assistiram a sua posse seja ao vivo ou pela televisão:

"E eu, que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de presidente da República do meu país."

É certo que os principais agentes financeiros ficaram com medo da vitória de Lula uma vez que ele criticou diversas vezes o modelo econômico adotado pelo seu antecessor. Afim de acalmar os ânimos o recém-eleito presidente da república se prontificou a assinar uma carta aonde se comprometeu a não alterar os princípios econômicos da política adotada por FHC. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Nesse período de transição o temor do novo governo era tamanho que o dólar chegou a bater recorde e a inflação estava extremamente elevada. Ao assinar esse documento que ficou conhecido como "carta aos brasileiros", Lula conseguiu acalmar os ânimos dos investidores e a economia voltou aos patamares antigos. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Passando essa primeira crise e com índices muito melhores que na época em que Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência, Lula entrou num período de crescimento elevado da economia e passou a estimular certos setores industriais e de serviços, incentivou principalmente a exportação.(CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Com um cenário internacional positivo e com o apoio das principais instituições financeiras de outros países, o Brasil começou a voar alto. Foi um longo ciclo de ascensão econômica. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJIAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Redução do desemprego, baixa inflação, recordes da balança comercial, indústria automobilística em pleno vapor, aumento real do salário mínimo, liquidação das dívidas com o FMI.... Sustentado por esses bons índices Luís Inácio é reeleito presidente da república em 2006. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJIAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO,2014)

Lula era o candidato do povo e assumiu em seu segundo mandato o compromisso de diminuir a desigualdade social da população. Ele criou medidas públicas para ajudar as classes menos favorecidas. Projetos como minha casa minha vida, o tão repercutido bolsa família e o Prouni nasceram com essa intenção.

No entanto em 2008 o mundo todo se viu numa grave crise econômica que teve início nos Estados Unidos. Com a oferta de crédito em alta e os juros baixos a população daquele país começou a financiar seus imóveis. A compra de uma casa tornou-se tão fácil que os bancos confiavam excessivamente em seus clientes sem consultar o histórico de endividamento. (GLOBO,2015)

As pessoas davam como garantia o próprio imóvel, porém o mercado imobiliário começou a entrar em crise e esses bens que tinham uma valorização extremamente alta, começaram a sofrer queda de preços. (GLOBO,2015)

Os bancos por sua vez revendiam essas dívidas para outros bancos o que gerou um efeito em cascata no mercado financeiro. Sendo os Estados Unidos um dos maiores consumidores de produtos no âmbito global, a crise espalhou-se pelo resto do mundo. (GLOBO,2015)

No Brasil os efeitos foram sentidos, muitas empresas tiveram que demitir seus empregados e investidores receosos passaram a retirar suas aplicações de ações das empresas, bancos e títulos do governo.

O dólar aumentou e várias empresas que tinham suas dívidas negociadas nessa moeda e que não estavam protegidas para essa variação tão alta do câmbio, acabaram quebrando. (GLOBO,2015)

Diante do medo de uma recessão o país injetou uma série de estímulos na economia, um dos mais comemorados foi a redução do IPI ou imposto sobre produtos industrializados para automóveis, produtos de construção civil e eletrodomésticos.

Todas essas medidas foram importantes para estimular e manter a economia aquecida. Os ajustes deram tão certo que o Brasil passou pela crise sentindo impactos mínimos.

Com um cenário tão favorável o mundo ficou impressionado com a boa resposta que o país deu a crise e investidores externos passaram a aplicar seus recursos novamente e apostar na economia do Brasil.

O governo Lula termina então o seu mandato, mesmo após denúncias de corrupção circulando no país, com uma aprovação recorde. A popularidade do presidente fica conhecida em todo o mundo. Em reunião com líderes do G20, Lula foi elogiado até mesmo pelo presidente Barack Obama dos Estados Unidos. (UOL, 2015)

O até então presidente e líder do PT, partido dos trabalhadores apresenta a sua candidata a presidência da república no ano de 2010, a líder da casa civil, Dilma Rousseff.

2.1.3 A primeira presidente do Brasil

Dilma nasceu no Rio grande do Sul e era filha de uma família de classe média alta, estudou economia e lutou contra o regime militar. Era a favor do socialismo e ficou conhecida por ser de esquerda. (UNISINOS, 2015)

Foi a primeira mulher a assumir a presidência da casa civil e a primeira ministra de Minas e Energia do país. Embora não fosse tão conhecida da população,

foi eleita com apoio do agora ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a primeira presidente mulher do Brasil. (UNISINOS, 2015)

Dilma iniciou o ano com muita desconfiança, ganhou na eleição de uma figura extremamente conhecida da população o ex-ministro da saúde José Serra, após contar com o apoio de Lula. Muitos comentavam que ela seria a sombra de Lula.

Em seu primeiro governo, Dilma procurou dar continuidade na política econômica originada por seu antecessor. Uma política focada no crescimento econômico não se descuidando das metas fiscais e do monitoramento da política cambial.

No seu primeiro ano o mundo ainda sofria com a crise mundial e a presidente procurou usar a mesma fórmula adotada por Lula. Anunciou maiores investimentos em infraestrutura, a retomada do programa de aceleração o PAC, decidiu reduzir as taxas de juros e o IPI para alguns produtos além de outras medidas. (UNISINOS, 2015)

O modelo de atuação estatal do governo Dilma Rousseff seguiu padrão semelhante ao da fase Lula. Não se alterou o propósito de o Estado chamar a si a tarefa de ser agente indutor do crescimento, de recorrer à ação das empresas e bancos públicos e de usar os instrumentos de política econômica em defesa de um projeto desenvolvimentista, mas entender a especificidade do governo Dilma requer olhar não só o que há de comum, mas também as descontinuidades em relação ao período anterior.” (CALIXTRE; ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI; ANDRÉ MARTINS; CINTRA; MARCOS ANTONIO MACEDO, 2014, P. 257)

O Brasil teve um crescimento no número de postos de trabalho. O país registrou uma taxa mínima no número de desempregados. O programa minha casa minha vida entregou mais de 970 mil casas e a taxa de juros caiu. (CALIXTRE, ANDRÉ BOJAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO, 2014)

Foi criado o Pronatec o que possibilitou o treinamento e conseqüentemente a entrada de muitos jovens no mercado de trabalho. Foi desenvolvido também o programa Ciências sem fronteiras o que possibilitou a oferta de bolsas de estudo no exterior.

A copa do mundo de 2014 possibilitou o país ser visto no resto do mundo, porém, muitas pessoas foram movidas a protestar nas ruas contra os investimentos excessivos na preparação do evento. A ponta do iceberg foi uma manifestação pelo aumento da passagem de ônibus em São Paulo.

Com os protestos vieram a onda de pessimismo que foi recarregada com o aumento das denúncias de corrupção por parte do governo. Aos poucos os protestos foram perdendo força, mas a população ficou dividida.

Dilma foi reeleita por um pouco mais de 50% dos votos e a população continuou rachada. Em quanto uns ficaram contentes outros se sentiram frustrados, mas é certo que o país é uma democracia e a maioria votou a favor da presidente.

A partir de janeiro de 1999, após a adoção do câmbio flutuante, o Banco Central do Brasil (BACEN) viu-se obrigado, num primeiro momento, a elevar ainda mais a taxa básica da economia (SELIC), com vistas a, especialmente, combater a especulação, evitando que as reservas internacionais se esvaíssem. Logo depois, visando, ainda, à manutenção da estabilidade monetária, passou a adotar o sistema de metas para a inflação. Essas duas medidas representam, na verdade, alguns dos instrumentos de que se vale o BACEN para executar a política monetária do país (GUSMÃO, RAIFUR, LEMES JUNIOR, 2009).

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi instituída pela Medida Provisória nº 684, e tem período de vigência de um trimestre-calendário e é calculada a partir de dois parâmetros: o primeiro é a meta de inflação calculada *pro rata* para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; e o segundo pelo prêmio de risco (BNDES, 2015).

A taxa de juros no Brasil é elevada devido ao fato dela se prestar a atingir objetivos múltiplos, tais como: reduzir a demanda para controlar a inflação; limitar a desvalorização cambial para evitar inflação de custos; atrair capital externo para fechar o balanço de pagamentos; induzir investidores a comprar títulos para financiar a dívida pública; reduzir o déficit comercial por meio do controle da demanda interna. Contudo, algumas destas funções, deixaram de governar a dinâmica da taxa de

juros sob o regime de metas de inflação. Sob este, o objetivo único da taxa de juros é manter a taxa de inflação em uma meta pré-estabelecida (BRESSER; NAKANO, 2002).

De 2004 até o início de 2008, a economia brasileira expôs indicadores macroeconômicos saudáveis, como a maioria das economias mundiais. Com inflação baixa, em torno de 5% ao ano, taxa de crescimento positiva, em torno de 2.5% ao ano, e déficit primário sob controle, próximo à meta fiscal de 3,2% do PIB, a economia brasileira viveu um período de relativa bonança, beirando o pleno emprego e com estabilidade monetária e cambial. A quebra do Banco norte-americano Lehman Brothers, em 20 de setembro de 2008, desencadeou uma reação em cadeia que atingiu seriamente os Estados Unidos e a Europa, levando-os a uma drástica retração econômica que acabou se configurando como recessão em vários países europeus e nos Estados Unidos também (BARBOZA, 2015).

A partir de 2008, a crise financeira global e o consequente início de uma retração econômica generalizada levaram o governo brasileiro a adotar várias medidas anticíclicas, como forma de amortecer os efeitos da crise: desde renúncia e estímulos fiscais à redução de taxas de juros (BARBOZA, 2015).

Na crise de 2008, a taxa SELIC diminuiu drasticamente, o fato é que taxas de juros que captam a confiança no país no longo prazo parecem exibir uma grande rigidez à queda. Em outubro de 2009, os empréstimos com recursos livres mantiveram-se estáveis em relação ao mês anterior, representando cerca de 31,0% do PIB. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve um aumento, passando de 28,3% para 31,3% do PIB. No que diz respeito aos empréstimos direcionados, eles mantiveram-se, em termos de participação no PIB, relativamente estáveis em relação ao mês anterior e se elevaram de 11,2% para 14,6% do PIB, comparativamente a outubro de 2008. No total geral, a relação crédito/PIB em outubro de 2009 foi da ordem 45,9%, superior aos meses de setembro/2009 e outubro/2009 que foram, respectivamente, 45,7% e 39,5% (FLIGENSPAN et al., 2009).

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) manteve a taxa SELIC em 6,25% ao ano em 2008. Em termos reais, a taxa SELIC,

estimando-se uma inflação, se encontra em seu patamar mais baixo desde o início do Plano Real. Apesar de sua queda acumulada de 5,0% e de seu menor valor em termos reais ao longo dos últimos dez anos de vigência do regime de metas de inflação, existe um consenso de que o Copom poderia ser menos conservador e propiciar novos cortes da SELIC (FLIGENSPAN et al., 2009).

Com o aumento da SELIC reduz-se o impacto deflacionário. Assim, o BCB precisa mantê-la em níveis excessivamente elevados para que as metas de inflação sejam cumpridas em um nível mínimo. Já o efeito de uma elevação da SELIC sobre o nível de atividade é, claramente, negativo: a economia se desacelera. É assim identificam-se problemas no mecanismo de transmissão: um aumento dos juros contrai a demanda agregada; porém, o desaquecimento da economia não se transmite integralmente para os preços. Isto é, o arrefecimento da inflação é desproporcionalmente inferior à queda da atividade (ARAÚJO; MODENESI, 2010).

Nos últimos anos, houve assim uma maior discussão com relação a o desenvolvimento do sistema financeiro, a estrutura de capital das empresas, a criação de valor para as empresas e o crescimento econômico (GUSMÃO, RAIFUR, LEMES JUNIOR, 2009).

Neste sentido, ao observarmos o ponto de vista da participação do Estado na economia brasileira verifica-se que os países que se lançam em projetos nacionais de desenvolvimento partem de visões do futuro, delineadas por meio de uma rica e constante interação entre o Estado e setores da sociedade, empenhados na construção de um horizonte histórico e que sem essa interação não há eficácia (FRISCHTAR, 1999).

2.2.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA NO PERÍODO DE 1984-2014

2.2.1 Os desafios do controle orçamentário doméstico

Em um ambiente de negócios o controle orçamentário é essencial para estabelecer metas futuras e garantir que os resultados financeiros desejados por seus investidores sejam alcançados.

Nem sempre é possível atingir com êxito o traçado que foi criado, nesse trajeto existem muitas variáveis internas e externas e para isso são necessários diversos ajustes no meio do caminho.

Saindo do meio empresarial e levando esse tema para a vida cotidiana das pessoas, ter um controle orçamentário é uma excelente estratégia para eliminar dívidas, concretizar sonhos e manter uma vida financeira mais saudável.

É um método simples para se descobrir aonde as famílias gastam mais os seus recursos e o quanto elas conseguem investir, seja em bens materiais ou aplicações financeiras, para isso é necessário ter disciplina e organização que possibilitem o cumprimento dessas metas.

Antes de realizar um orçamento é necessário definir o que são receitas ou entradas de dinheiro, nesse caso deve ser composto de salários, aluguéis a receber, comissões entre outros.

As despesas por sua vez devem ser diferenciadas por aquilo que eu tenho de gastos fixos como por exemplo a luz, a água, o telefone, financiamentos, entre outros, e aquilo que eu tenho de variável como gastos com lazer, visita a médicos ou dentistas, reparos domésticos, compra de vestuário e etc.

Após essa definição é necessário colocar no papel todas essas informações separadas de acordo com o seu grupo. Em seguida podemos traçar uma meta que deverá ser cumprida num curto, médio e longo prazo, poupando o necessário para cada objetivo.

É algo simples, mas muitos brasileiros deixam de lado e só levam em consideração no momento em que realmente sentem a necessidade de fazer um controle maior, ou seja, quando as dívidas já estão extremamente elevadas e a situação é crítica.

Hoje o acesso a informação é facilitado com a vinda da internet as pessoas podem contar com a ajuda de sites especializados em educação financeira doméstica, na década de 80 não era assim.

2.2.2 Os desafios enfrentados pelas famílias nas últimas décadas

A década de 80 foi chamada por muitos analistas financeiros de “ a década perdida”. Foi um período difícil aonde o comportamento negativo da economia brasileira afetou diretamente os bolsos das famílias brasileiras. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

Muitas pessoas abandonaram suas casas nas cidades do interior para viver nos grandes centros urbanos, porém, nessa época o Brasil estava perdendo a sua força na indústria de transformação e o país começava já nesse período uma crise não só econômica como também social. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

Nos anos 80 o crescimento das indústrias não era mais o mesmo e a taxa de crescimento do PIB aumentava a uma taxa mínima enquanto o resto do mundo andava na mão contrária do Brasil e países da América Latina. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

Com esse cenário pessimista a distribuição de renda de renda piorou e é possível identificar uma maior desigualdade da população. O salário mínimo não conseguia acompanhar a alta dos preços nos supermercados que a cada dia eram

mais inflacionados. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

A maioria da população naquela época recebia até dois salários mínimos. Cerca de 53,2 milhões de pessoas viviam em condição de pobreza e grande parte estava localizada nas áreas rurais. Em meio a todos esses fatores, o índice de desnutrição também cresceu. A taxa de analfabetismo no Brasil chegou a 18,5% da população. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

Inflação alta, juros altos, taxa de mortalidade crescendo, expectativa de vida de 65 anos representaram a década de 80 que não foi nada fácil para os brasileiros. Muitos comerciantes tinham seus estabelecimentos saqueados.(SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS ; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

A classe média sofreu muitas perdas, diversas pessoas deixaram de pertencer a esse nível. Tais perdas só começaram a ser sanadas com a criação do plano real iniciado em 1993, período no qual o país começou a estabilizar a economia. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

Mesmo com o plano real a desigualdade era um monstro que assombrava. Como dito anteriormente diversas famílias perderam o seu padrão de consumo. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

A redução dos salários, a quantidade de impostos não só aqueles diretos como por exemplo o imposto de renda, mas os indiretos como aqueles escondidos nos preços das coisas e os reajustes fizeram com que essa classe fosse vítima do seu próprio comportamento.

Após a criação do plano real e o crescimento econômico atingido no século XXI, o Brasil obteve um dos melhores níveis nas taxas de empregos. Uma das metas da era Lula foi estimular a economia e para isso baixou os impostos e juros. O consumo das famílias passou a ser estimulado e as pessoas passaram a gastar

mais com produtos supérfluos. (SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO,2007)

2.2.3 O consumo das famílias

O consumo é algo que pode representar aparentemente um status social diante das pessoas. Ter empregada doméstica, veículo, escola privada, convênio médico, frequentar bons restaurantes, entre outros, são luxos que a classe média busca obter com sucesso.

O mercado não é simples espaço de trocas de mercadorias, mas também um lugar onde se processam interações sociais e simbólicas. Da mesma maneira, o consumo não é um simples movimento de satisfação de necessidades básicas ou sociais. Consumir certos bens diz algo sobre quem consome, sobre sua posição social, seu status, o lugar a que pertence ou os vínculos que é capaz de estabelecer. É possível dizer que o consumo implica reunir pessoas e distingui-las. Por essa razão, pode-se afirmar que o consumo cria ordem, classifica as pessoas e as associa aos bens enfim, o consumo ordena informações significados sobre as estruturas sociais. ” (SILVEIRA; FERNANDO GAIGER; SERVO; LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA; SÉRGIO FRANCISCO, 2007, P. 105)

Conforme mencionado a relação de consumo não é algo tão simples já que ele tem o poder de definir a posição social de um grupo de pessoas. Ter itens novos e de moda são armadilhas que muitas pessoas deixam se levar na hora de pagar por um serviço ou produto.

Com tantas ofertas o brasileiro em especial o jovem apresenta dificuldades para manter o controle de suas finanças e já representa um alto índice de inadimplência. Com o acesso facilitado a comunicação muitas vezes eles têm o poder de influenciar a decisão de seus pais.

Muitas empresas estão de olho nesse público e é preciso ter cautela na hora da compra, tais mudanças de comportamento refletem diretamente no futuro das famílias já que a poupança passa a não ser prioridade.

É preciso ter planejamento e diálogo para que membros de uma mesma família tenham sucesso no que se diz respeito a educação financeira. Enquanto o

governo tenta manter uma economia estável, a população sobrevive e espera uma mudança positiva na sua condição social. O consumo é algo bom aonde todos de certa forma acabam ganhando, mas é preciso ter consciência na hora de aplicar seus recursos.

3 METODOLOGIA

Ao longo do tempo a humanidade vem constituindo uma série de informações que pode ser chamada de conhecimento. Ao interagir com diferentes formas de vida na terra foi possível o homem ter formas mais modernas de conhecimento o que possibilitou novas descobertas.

O ser humano então evoluiu e trouxe consigo diversas contribuições que pôde ser dividida com toda sociedade. Com essa evolução diversos tipos de conhecimentos como o filosófico, o teológico, o empírico e o científico puderam ser trocados.

O conhecimento filosófico é muito utilizado e tem como fundamento a busca do ser humano pelo saber, envolve questões como o uso da sua reflexão e a capacidade de raciocínio. Uma das premissas desse conhecimento diz que se o homem não se esforça para obter o saber o seu cérebro tende a atrofiar-se.

Já o conhecimento teológico provém do que está oculto e está fortemente relacionado a fé. Por sua vez o empírico está relacionado com o que ocorre no dia a dia e advém de experiências vivenciadas ou transmitidas.

Com relação ao conhecimento científico pode-se dizer que é uma abordagem dos fenômenos através de etapas e configura-se como uma metodologia.

Entende-se como metodologia um conjunto de procedimentos cuidadosamente elaborados com o intuito de demonstrar um seguimento lógico. Pode-se dizer ainda que a metodologia tem como objetivo analisar as características e avaliar a capacidade de métodos diversos.

Para realizar uma metodologia é necessário definir o tipo de pesquisa que será utilizada, podendo ser ela descritiva ou experimental.

Rudio define a pesquisa descritiva (2002, p.71), “como um fenômeno aonde deseja -se conhecer a sua natureza, sua composição e processos que o constituem ou nele se realizam. ”

Já a pesquisa experimental segundo o mesmo autor (2002, p. 72), “está interessada em verificar a relação de causalidade que se estabelece entre variáveis, isto é, em saber se a variável X (independente) determina a variável Y (dependente).” Em outras palavras é possível dizer que esse tipo de pesquisa estuda os fenômenos e as suas causas.

Ao realizar-se uma pesquisa é necessário definir se está é qualitativa ou quantitativa. A pesquisa quantitativa analisa os dados apresentados por métodos estatísticos e portanto é mais objetiva.

Quando é definido que uma pesquisa é qualitativa é possível dizer que ela aborda as experiências vividas entre as pessoas e não contextos especializados.

“Os pesquisadores qualitativos estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de uma forma que de espaço as suas particularidades e aos materiais nos quais são estudados. ” (FLICK; UWE, 2009, p.8)

Para esse trabalho foi utilizado como metodologia, a pesquisa científica descritiva, quantitativa e documental.

Em outras palavras ao descrever esse trabalho como uma pesquisa científica afirma –se que o mesmo trata-se de um estudo com o intuito investigativo. Nesse caso ele também é classificado como quantitativo pois como dito anteriormente procura-se basear em dados estatísticos. A mesma é também documental pois utiliza-se de documentos e informações disponibilizadas por autores autênticos ou órgãos especializados.

Para desenvolver essa pesquisa foi utilizado o levantamento de dados disponibilizados pelo governo e estudo bibliográfico de obras que foram escritas por diversos autores.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 Indicadores econômicos brasileiros

Os índices de inflação são essenciais para medir a variação de preços nos bens e serviços pagos pelo consumidor.

Vários órgãos publicam seus índices e o principal deles é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) que é divulgado todo trimestre pelo banco central. São considerados para medir esse índice os gastos com alimentação, despesas pessoais, educação, habitação e cuidados higiênicos.

Podemos ver abaixo que os preços tiveram uma elevação no período de 2002, esse aumento foi alavancado em especial pela alta do dólar o que deixou os produtos alimentícios mais caros.

Nessa mesma época acontecia a eleição e muitos investidores estavam com medo da vitória do candidato a presidência Luís Inácio Lula da Silva. Na época todos estavam receosos já que o candidato a presidência muitas vezes criticou os planos econômicos adotados pelo presidente anterior. Nesse mesmo período a cotação do dólar chegou a 4,00 reais.

Lula foi eleito e se comprometeu a não alterar as políticas adotadas pelo seu antecessor com isso a confiança foi retomada e a inflação começou a sofrer uma queda que foi interrompida em 2008 com a crise mundial, porém mantendo se praticamente no mesmo nível entre os anos de 2010 até 2014 conforme o gráfico apresentado na sequência.

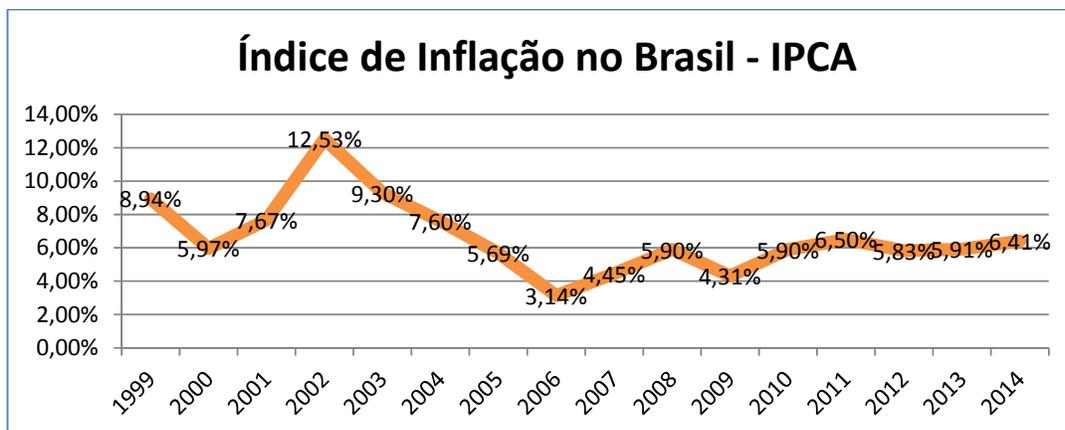


Gráfico 1: Índice de Inflação no Brasil - IPCA
Fonte: Banco Central - Taxa anual

A taxa Selic é um índice que serve como uma referência e aonde as principais taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo se baseiam. Ela é divulgada mensalmente pelo banco central e quando está alta desestimula o consumo.

Comparando os anos de 1996 até o início de 2015, pode-se constatar que no ano de 1998 a taxa Selic que já era alta atingiu o seu ápice, batendo o recorde de 27,51%, era um momento delicado aonde o mundo se viu abalado por uma crise financeira econômica que teve início na Rússia.

Após esse período ela foi caindo e em 2004 com a alta de juros nos empréstimos americanos subiu novamente.

Com a intenção de alavancar a economia e estimular o consumo, o governo de Luís Inácio reduziu as taxas de juros que se mantém praticamente estáveis comparando o período de 2007 a 2015.

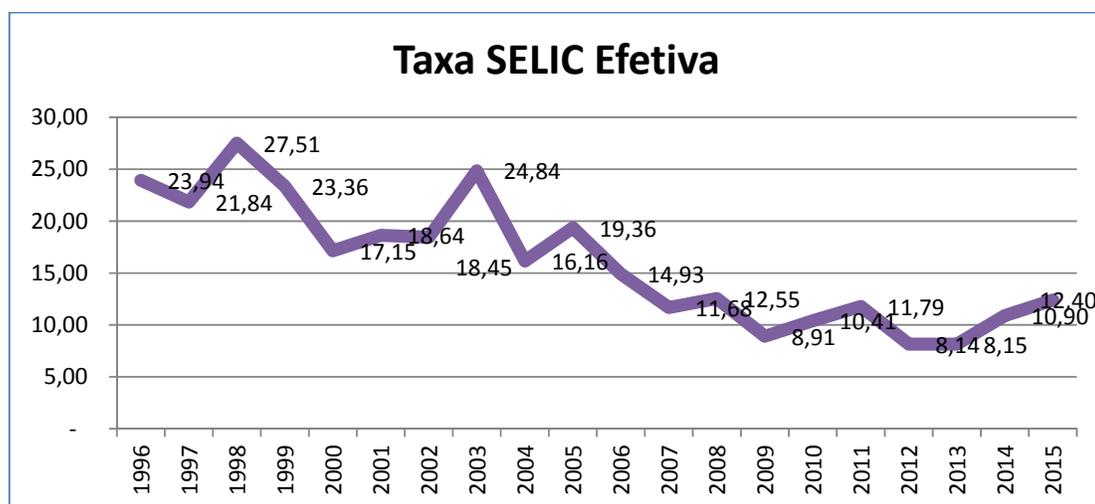


Gráfico 2: Taxa SELIC Efetiva
Fonte: Banco Central - Média anual da taxa SELIC

O salário mínimo é o valor mais baixo que pode ser pago pelo empregador. Em 1994 ele foi de 70,00 reais lembrando que esse foi o primeiro valor anunciado após o plano real. Em 1995 ele saltou para 100,00 reais, ou seja, um percentual de aumento de 42,86%.

A segunda maior alta aconteceu em 2003 no primeiro governo de Lula e chegou a um coeficiente de 20% atingindo o valor de 240 reais. Ao longo dos anos o salário mínimo vem acompanhando o saldo da inflação.

Abaixo é possível verificar o valor do salário mínimo ao longo dos últimos 20 anos.

Ano	Valor	Ato Legal
2015	R\$ 788,00	Decreto 8.381/2014
2014	R\$ 724,00	Decreto 8.166/2013
2013	R\$ 678,00	Decreto 7.872/2012
2012	R\$ 622,00	Decreto 7.655/2011
2011	R\$ 545,00	Lei 12.382/2011
2011	R\$ 540,00	MP 516/2010
2010	R\$ 510,00	Lei 12.255/2010
2009	R\$ 465,00	Lei 11.944/2009
2008	R\$ 415,00	Lei 11.709/2008
2007	R\$ 380,00	Lei 11.498/2007
2006	R\$ 350,00	Lei 11.321/2006
2005	R\$ 300,00	Lei 11.164/2005
2004	R\$ 260,00	Lei 10.888/2004
2003	R\$ 240,00	Lei 10.699/2003
2002	R\$ 200,00	Lei 10.525/2002
2001	R\$ 180,00	MP 2.194-6/2001
2000	R\$ 151,00	Lei 9.971/2000
1999	R\$ 136,00	Lei 9.971/2000
1998	R\$ 130,00	Lei 9.971/2000
1997	R\$ 120,00	Lei 9.971/2000
1996	R\$ 112,00	Lei 9.971/2000
1995	R\$ 100,00	Lei 9.032/1995
1994	R\$ 70,00	MP 598/1994

Tabela 01: Salário mínimo

Fonte: Informação extraída do site (<http://www.contabeis.com.br>).

Com um aumento do salário mínimo acima da inflação é possível concluir que a renda das famílias aumentou possibilitando aos brasileiros o acesso a vários produtos e serviços que anteriormente eram restritos. Em 2015 ele passou a ser de 788,00 R\$.

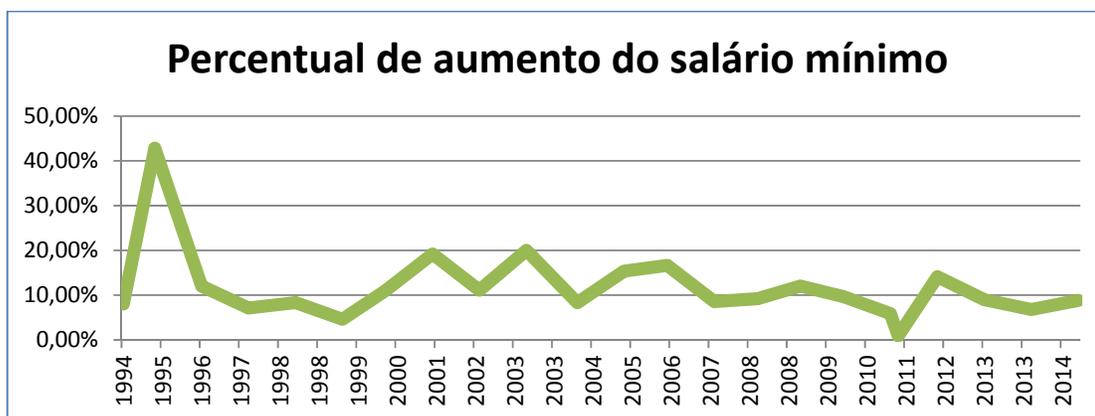


Gráfico 3: Percentual de aumento do salário mínimo
 Fonte: Informação extraída do site (<http://www.contabeis.com.br>)

A taxa de desemprego vem caindo ao longo das últimas décadas com um pequeno aumento em 2009, ou seja, na época em que estourou a crise nos Estados Unidos, e em 2013 representou a menor taxa com um coeficiente de 5,4%.

Essa redução é resultado principalmente da política de estímulo da economia com a redução dos impostos, juros baixos e aumento do salário mínimo significando o resultado de uma economia em pleno vapor.

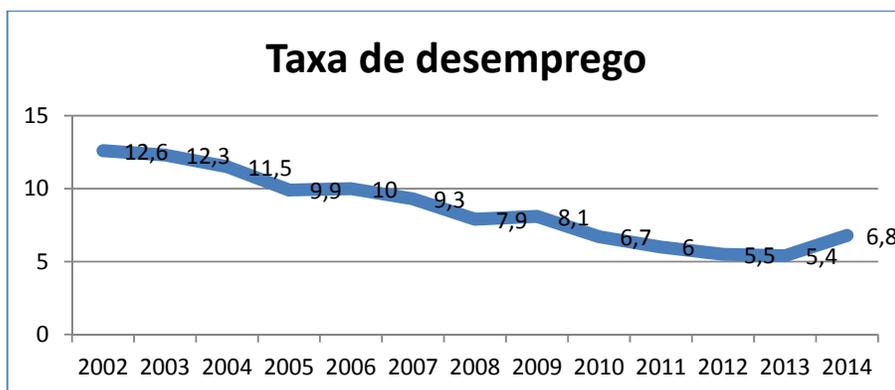


Gráfico 4: Taxa de desemprego
 Fonte: IBGE - Média mensal da taxa de desemprego

Com relação a classe econômica social é possível analisar na tabela abaixo que a sociedade está cada vez mais homogênea, ou seja a população das classes E e D reduziram significativamente passando a fazer parte da classe C e a classe A também teve um aumento com mais de 22 milhões de pessoas pertencendo a esse grupo.

Certamente as políticas de redução de pobreza e desigualdade criadas pelo governo ao longo dos anos influenciou para essa mudança de perfil. Combinado a isso o período de crescimento econômico que o país teve também ajudou nesse aumento.

Com a taxa de desemprego baixa e com o crédito facilitado muitas famílias que não tinham acesso a itens considerados de segunda necessidade passaram a consumir o que antes era impossível.

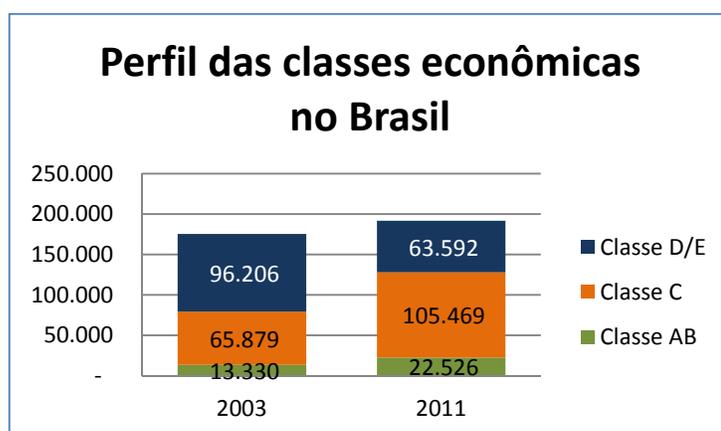


Gráfico 5: Perfil das classes econômicas no Brasil
Fonte: CPS/FGV com base nos microdados PNAD/IBGE

4.2 Comparação de alguns fatores da pesquisa de orçamentos familiares o POF, realizada pelo IBGE

O IBGE é uma entidade pública que tem como objetivo efetuar pesquisas e análises fornecendo informações necessárias para ter conhecimento do perfil e realidade dos brasileiros, ou seja, tem a missão de efetuar um retrato do país.

Com a criação do IBGE, em 1937 e a preocupação em atender padrões internacionais de estatísticas populacionais, os censos demográficos alcançam qualidade na enumeração populacional e permitem o desenvolvimento dos estudos demográficos. Soma-se a isso a realização regular, junto com os censos demográficos decenais, dos censos econômicos, passando a se contar com informações das características da população e dos domicílios e as relacionadas à economia, aos transportes, ao emprego e à cartografia do país. (SILVEIRA; FERNANDO GAIGER; SERVO; LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA; SÉRGIO FRANCISCO, 2007, P. 19)

Para este estudo serão utilizados como base os dados do censo realizado pelo IBGE nos períodos de 1988, 1996 e 2003 referente a pesquisa dos orçamentos familiares (POF).

Os objetivos precípuos das POFs no sistema nacional de estatística são dois: O estabelecimento da estrutura de gastos em consumo empregada nos cálculos dos índices de custo de vida, mais especificamente, a determinação e a atualização das estruturas de ponderação de dois principais índices de preços do IBGE –Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – e a investigação da parcela do consumo das famílias nas Contas Nacionais. (SILVEIRA; FERNANDO GAIGER; SERVO; LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA; SÉRGIO FRANCISCO, 2007, P. 21)

Foram efetuadas amostras de diferentes perfis de classes sociais proporcionalmente distribuídas através de questionários para definir características como domicílio, rendimento, condições de vida, despesas coletivas e individuais.

Abaixo é possível verificar na tabela a mudança ao longo desses três períodos no perfil dos gastos relativos as pessoas que moram em diferentes áreas territoriais.

Pode-se observar um comportamento similar no consumo da população que vive nas áreas metropolitanas e não metropolitanas aonde o gasto com habitação representa mais do que 50% das despesas com alimentação.

Já nas áreas rurais é possível concluir que a população teve seus gastos concentrados em primeiro lugar com a moradia e já na sequência com a alimentação, porém ao contrário do que acontece nas demais regiões esses dois itens são responsáveis praticamente em conjunto, ou seja, 50% quase cada um, pela concentração das despesas.

Com relação ao vestuário as três regiões consomem praticamente a mesma quantidade. Já no que se diz respeito a educação a região rural tem um gasto um pouco maior comparando com as demais áreas. Os gastos com higiene e cuidados pessoais nas áreas urbanas são um pouco maiores.

Pode-se analisar no quadro abaixo que as áreas metropolitanas têm seus rendimentos 50% maiores que as áreas rurais e por sua vez o seu desembolso global é maior do que nas demais áreas.

Despesas não-monetárias e sua composição pelas principais rubricas de gasto, segundo a situação do domicílio

Indicadores	Total-Media	Metropolitana	Urbana não metropolitana	Rural
Despesas não-monetárias				
Valor mensal familiar <i>per capita</i>	75,39	104,36	66,43	50,47
% de desembolso global	16	15	15	24
Composição de despesas não-monetárias				
Alimentação (%)	10	4	9	37
Habitação (%)	82	89	81	55
Vestuário (%)	3	2	3	3
Transporte (%)	0	0	0	0
Higiene e cuidados pessoais (%)	1	1	1	0
Assistência à saúde (%)	0	0	0	0
Educação (%)	0	0	0	1
Recreação e cultura (%)	0	1	0	0
Fumo (%)	0	0	0	0
Serviços Pessoais (%)	0	0	0	0
Despesas diversas (%)	0	0	0	0
Outras despesas correntes (%)	0	0	0	0
Aumento do ativo (%)	3	2	4	3
Diminuição do Passivo (%)	0	0	0	0

Tabela 02: Despesas não-monetárias e sua composição pelas principais rubricas de gasto, segundo a situação do domicílio

Fonte: IBGE/POF de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 (microdados). Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 71

No quadro abaixo é possível observar a composição das despesas ao longo de três décadas. Em 1987 a despesa com alimentação representava o maior gasto para a população. Nessa época é importante lembrar que foi o período aonde o país estava passando por um momento de grave instabilidade econômica e aonde a inflação era extremamente elevada.

Já na década de 90 com a implantação do plano real o país conseguiu manter a inflação sob controle, porém, cresceu muito pouco economicamente. A maior despesa nos bolsos dos brasileiros entre 1995 e 1996 passou a ser a habitação.

Alguns consumos também aumentaram nesse período comparando com a década anterior como por exemplo transporte, educação e assistência a saúde. Um dado que chama a atenção é a queda para quase metade no grupo de vestuário, as pessoas passaram a consumir menos na últimas décadas.

No período de 2003 termina a era FHC e o governo Lula assume a presidencia do país. O consumo das famílias brasileiras continua muito parecido com o período anterior porém além da habitação e consumo de alimentos a população começa a gastar mais com educação e outras despesas como impostos, contribuições trabalhistas, previdência, sindicato entre outros.

Composição da despesa corrente familiar

Itens de despesas	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Despesas correntes	100,00	100,00	100,00
Alimentação (%)	22,16	20,45	18,70
Habitação (%)	18,55	25,12	23,44
Vestuário (%)	11,29	5,78	5,06
Transporte (%)	13,08	12,07	13,12
Higiene e cuidados pessoais (%)	1,67	1,66	2,05
Assistência à saúde (%)	6,29	8,00	6,91
Educação (%)	3,16	4,26	5,50
Recreação e cultura (%)	3,76	3,09	3,02
Fumo (%)	1,32	1,23	0,67
Serviços Pessoais (%)	1,36	1,43	1,19
Despesas diversas (%)	4,73	4,32	3,09
Outras despesas correntes (%)	12,62	12,58	17,24

Tabela 03: Composição da despesa corrente familiar

Fonte: Elaboração a partir das POFs de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003. Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 173

Com a correria dos grandes centros e a busca por praticidade alimentos básicos foram substituídos por aqueles considerados de necessidade secundária. Itens como arroz e feijão foram substituídos por produtos mais industrializados.

Abaixo é possível comparar a quantidade de alimentos consumidos pelas famílias nos três diferentes períodos:

Brasil: quantidade anual *per capita* de alimentos adquiridos para consumo no domicílio

Tipo	Quantidade anual per capita de alimentos adquiridos para consumo no domicílio			
	Produtos selecionados	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Necessidade básica	Arroz polido	29,725	26,483	17,110
Necessidade básica	Feijão	12,134	10,189	9,220
Necessidade básica	Batata – inglesa	13,114	9,218	5,468
Necessidade básica	Abóbora comum	1,184	1,205	4,173
Necessidade básica	Fubá de milho	2,146	1,740	1,339
Necessidade básica	Farinha de trigo	4,085	3,102	2,625
Necessidade básica	Farinha de mandioca	4,679	3,765	3,313
Necessidade secundária	Macarrão	4,274	4,084	4,251
Necessidade básica	Açúcar refinado	15,912	13,204	8,269
Necessidade secundária	Açúcar cristal	6,525	6,865	4,701
Necessidade secundária	Carne bovina	18,509	20,800	14,574
Necessidade básica	Frango	22,837	22,679	14,190
Necessidade básica	Leite de vaca pasteurizado	62,435	51,360	38,035
Necessidade secundária	logurte	1,140	0,732	2,910
Necessidade básica	Pão francês	20,163	18,399	17,816
Necessidade secundária	Refrigerante de guaraná	2,674	4,280	7,656
Necessidade secundária	Água mineral	0,959	0,596	18,541
Necessidade básica	Café moído	2,559	2,330	2,266
Necessidade secundária	Alimentos preparados	1,376	2,718	5,398
Necessidade básica	Óleo de soja	8,762	6,940	5,854

Tabela 04: Brasil: quantidade anual per capita de alimentos adquiridos para consumo no domicílio

Fonte: IBGE (2004a, p. 103). Extraído do livro *Gasto e consumo das famílias brasileiras* pág 425

Na tabela seguinte é possível verificar o aumento no consumo de alimentos considerados de necessidade secundária. Foram considerados os itens classificados na tabela anterior e que custam mais caros nas prateleiras dos supermercados.

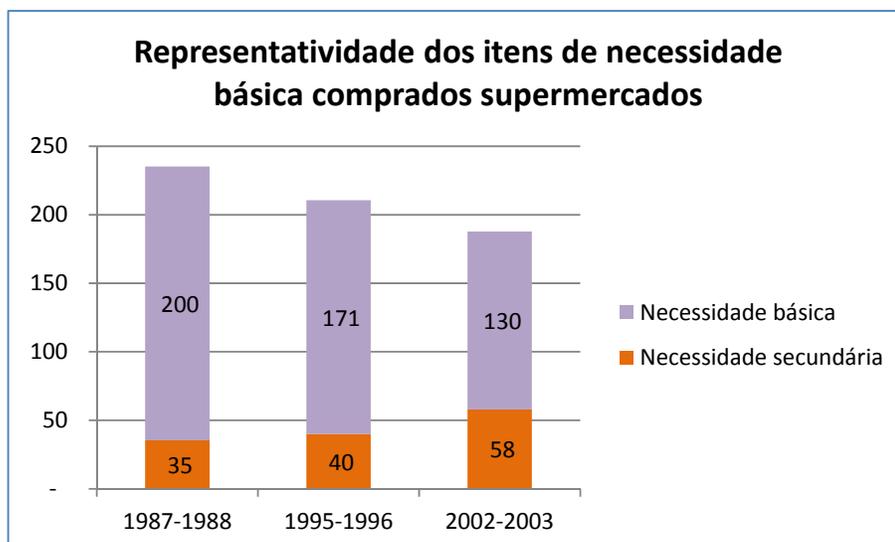


Gráfico 06: Representatividade dos itens de necessidade básica comprados supermercados.

Fonte: IBGE (2004a, p. 103). Baseado no livro (Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 425)

Referente as despesas com educação, os gastos com cursos regulares que seriam a pré-escola, ensino fundamental e médio teve um salto de 44,8% em 1987 para 66,47% em 2002. Outros cursos como informática, inglês e ensinos técnicos também tiveram um aumento moderado.

Gastos como uniforme, matrícula e merenda e artigos escolares reduziram mais do que a metade.

Composição das despesas com educação

Itens de despesa	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Educação	100,00	100,00	100,00
Cursos regulares	44,80	64,27	66,47
Outros cursos	16,14	17,06	20,17
Livros didáticos e revistas técnicas	8,51	3,72	3,39
Artigos escolares	15,52	8,79	4,85
Taxas e contribuições	1,67	0,83	0,56
Outros gastos	13,36	5,34	4,55

Tabela 05: Composição da despesa com educação

Fonte: Elaboração a partir das POFs de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003. Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 83

Em conjunto com a alimentação e a moradia, o transporte representa um dos maiores consumos no orçamento das famílias brasileiras. De acordo com a tabela abaixo o transporte urbano efetuado por onibus, trem, metrô entre os anos de 1995 e 2003 foram mais altos, já o transporte efetuado por veículo automotor reduziram, especialmente no que se diz respeito aos gastos com manutenção do veículos que ficou menor.

Brasil metropolitano: distribuição das despesas com transporte segundo seus componentes

Itens de despesas	1987-1988	1995-1996	2002-2003
Transporte	100,00	100,00	100,00
Transporte Urbano	21,24	31,73	30,14
Ônibus	16,16	26,51	23,20
Trem	0,39	0,44	0,60
Táxi	3,34	3,12	2,33
Metrô	0,43	0,93	1,49
Transporte alternativo	-	0,09	1,30
Outras despesas de transporte urbano	0,92	0,65	1,22
Despesas com veículo próprio	56,95	41,55	46,40
Gasolina	22,50	17,64	30,67
Álcool	10,44	5,73	2,61
Manutenção	24,01	18,18	13,11
Viagens	15,72	12,18	13,45
Outras despesas de transporte	6,09	14,54	10,02

Tabela 06: Brasil metropolitano: distribuição das despesas com transporte segundo seus componentes

Fonte: Elaboração a partir das POFs de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003. Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 174

Nas tabelas anteriores foram analisadas o consumo realizado por região urbana e rural em conjunto com os gastos realizados ao longo do tempo. Nos próximos gráficos deverá ser analisado o consumo da população por classes de renda.

Para tanto dividiu-se a população em quatro grupos e de acordo com os seus rendimentos ou seja os 10% mais ricos, os 20% abaixo dos 10% mais ricos, os 20% seguintes aos 50% mais pobres e os 50% mais pobres.

Ao analisar os gráficos abaixo é possível observar que com relação ao consumo de alimentação, bebidas e tabaco não houveram muitas alterações no

padrão. Já no grupo de habitação e transporte é possível observar que a população mais pobre teve a sua participação ampliada. Se em 1986 era de 35% com habitação e 27% com transporte ela passou a ser de 44% e 36% respectivamente.

Com relação a saúde, educação e serviços pessoais é possível observar que os mais ricos tem uma participação maior nesse grupo, durante as três décadas, enquanto a população mais pobre vem reduzindo.

Evolução da estrutura de participação de extratos selecionados de renda monetária familiar per capita nos principais grupos de despesa

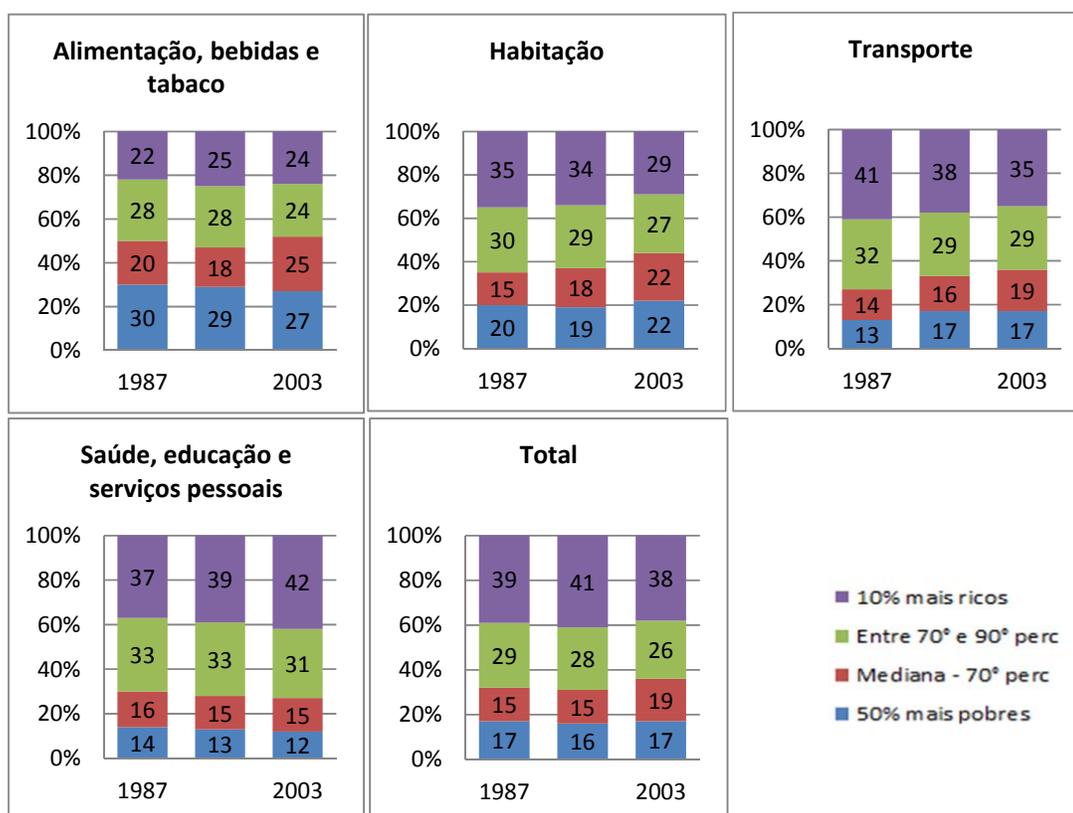


Gráfico 07: Evolução da estrutura de participação de extratos selecionados de renda monetária familiar per capita nos principais grupos de despesa

Fonte: IBGE/POF de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 (microdados). Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 67.

Referente a compra de bens duráveis fica evidente a participação maior no consumo por parte da população mais rica, no entanto, nos anos anteriores ela era responsável por mais da metade do consumo e atualmente a sua participação é de praticamente a metade.

A população mais humilde teve um avanço e considerando os 70% mais pobres foi responsável pelo consumo de 26% dos bens duráveis, é um volume alto comparando com 1986 que foi de apenas 16%. Nos anos de 1995 e 1996 os resultados permaneceram praticamente o mesmo do ano anterior.

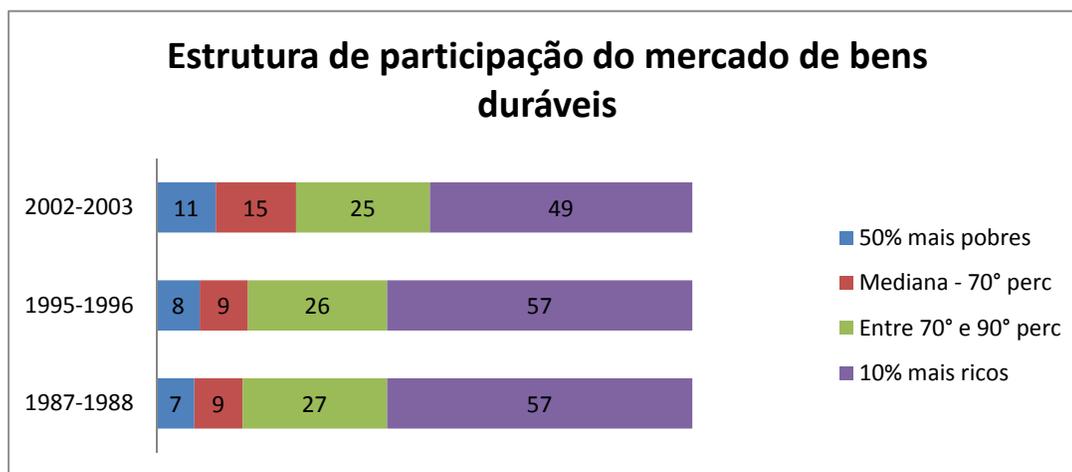


Gráfico 08: Estrutura de participação do mercado de bens duráveis

Fonte: IBGE/POF de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 (microdados). Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 68.

No próximo quadro é possível observar detalhadamente a participação nesse mercado de bens duráveis.

Com relação ao mercado de eletroeletrônicos é possível identificar que 10% da população mais rica era a que mais consumia esse tipo de bem no período de 1986. Já no ano de 2003 é possível verificar uma homogeneidade entre as diferentes classes.

Já referente a compra de automóveis as classes que pertencem ao quadrante das 10% mais ricas são as que mais consomem esse tipo de produto, porém em 2003 é possível observar uma perda de espaço para o grupo pertencente a classe mediana.

No caso das compras de casa e apartamento as classes mais ricas dominam completamente o mercado. É possível verificar uma queda na compra de imóveis pelas classes medianas e um aumento da população mais pobre, que antes tinha participação de 6% em 1986 e passou a ser de 17% em 2003.

Referente a distribuição na participação de compras de artigos mobiliários é possível constatar um aumento substancial da população mais pobre tendo um salto de 32% para 43% o que tornou de certa a forma a compra de itens desse setor mais homogêneo.

Estrutura de participação dos mercados de aparelhos eletroeletrônicos, automóveis, casas e artigos mobiliários

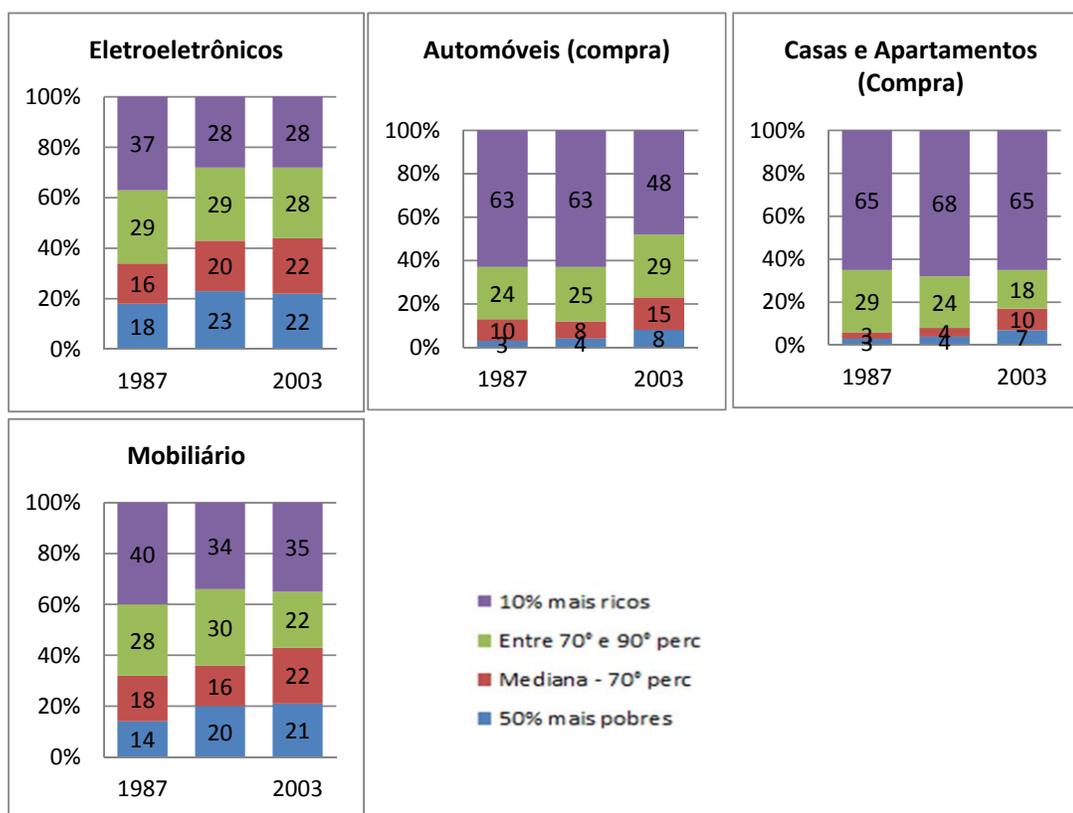


Gráfico 09: Estrutura de participação dos mercados de aparelhos eletroeletrônicos, automóveis, casas e artigos mobiliários

Fonte: IBGE/POF de 1987-1988, 1995-1996 e 2002-2003 (microdados). Extraído do livro Gasto e consumo das famílias brasileiras pág 68.

Com a redução na taxa de juros sobre os empréstimos, o aumento do salário mínimo e os estímulos do governo na década de 90 a população começou a consumir mais. Com o comércio em alta a taxa de desemprego reduziu consideravelmente conforme apresentado no gráfico 4.

O cenário listado no parágrafo anterior aparentemente é muito positivo, porém é necessário uma certa cautela, pois a medida que se é estimulado o

consumo, o endividamento das famílias tende a crescer e no momento que essa economia passa por uma desaceleração, a população sofre futuramente com as dívidas acumuladas não tendo poupado o suficiente para os períodos de crise.

Tendo uma banalização do crédito surge a inadimplência e as taxas de juros tendem a ficarem mais altas, o consumo também desacelera e o desemprego aumenta, por isso é necessário ter uma harmonização entre esses e outros fatores da economia.

As famílias das classes mais baixas são as que mais sofrem com o aumento repentino dos juros, pois realizam financiamento a um prazo mais longo e normalmente não possuem o hábito de poupar.

É certo que as classes mais baixas começaram a fazer parte da classe média e comparando essas 3 décadas o consumo com bens duráveis aumentaram o que é muito positivo, mas é preciso pensar no futuro e na necessidade de se comprar um bem ou contratar um serviço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo demonstrar os desafios enfrentados pelos brasileiros na economia doméstica ao longo de três décadas que foram tumultuadas por períodos de instabilidade inflacionária, estabilização e crescimento econômico.

Foi apresentado primeiramente o cenário político e macroeconômico e quais os caminhos adotados por cada governante para driblar períodos de instabilidade política e principalmente de crises na econômica. Na sequência foi explanado a importância de uma família fazer um controle orçamentário e como os brasileiros reagiram em cada situação.

Identificou-se o padrão de consumo da sociedade, aonde na década de 80 o gasto de alimentação era mais alto do que com moradia, e evidenciou o aumento mesmo que moderado no investimento em educação.

Comparando os anos de 2003 e 2011 é possível afirmar que uma grande parcela da população deixou de pertencer a classe baixa e passou a fazer parte da classe média assim como obteve-se um aumento no número de pessoas que passaram a fazer parte das classes mais ricas, essa redução da desigualdade é um largo reflexo dos planos desenvolvidos pelos governos e toda a sociedade que sempre se mantiveram preocupados em combater a miséria.

Foi visto também que os estímulos do governo para aumentar o consumo, tais como redução nas taxas de financiamentos e das alíquotas para alguns impostos fizeram com que a taxa de desemprego reduzisse significativa nos últimos 10 anos.

O Brasil passou por difíceis reformas e o perfil da classe média mudou bastante em especial hoje ela se torna mais igualitária já que outros cidadãos com rendas mais baixas passaram a pertencer a essa faixa.

Essa nova classe média passou a ter um acesso mais facilitado a compra de bens duráveis como eletroeletrônicos e automóveis. Comparando a década de 1980 com os dias atuais é possível concluir que o poder aquisitivo está maior nos dias de hoje do que há 30 anos atrás.

É recomendável para futuras pesquisas o estudo sobre o impacto da política dentro da economia, a relação entre a disponibilidade de crédito e o endividamento e o envelhecimento da população versus a economia.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. de B. A. A federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995.

ARAÚJO, E.; MODENESI, A. M.. **Custos e Benefícios do Controle Inflacionário no Brasil (2000-2008)**: uma análise empírica do mecanismo de transmissão da política monetária com base em um modelo VAR. XXVIII Encontro Nacional de Economia, 2010.

BANCO CENTRAL. **Histórico de metas para a inflação**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/metastabelametaseresultados.pdf>> Acesso em 16 de maio de 2015.

BRESSER, L. C; NAKANO, Y.. **Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade**. Revista de Economia Política, v. 22, n. 3, pp. 146-180, jul./set, 2002.

CALIXTRE, ANDRÉ BOJIAKIAN; BIANCARELLI, ANDRÉ MARTINS; CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Ed.1 Brasília: Ipea, 2014.

CONTÁBEIS. **Tabelas**. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>> Acesso em 16 de maio de 2015.

FACHIN, ODILIA. **Fundamentos de Metodologia**. Ed.3 São Paulo: Saraiva, 2002.

FLICK, UWE. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Ed.1 São Paulo: Artmed Editora, 2009.

GLOBO. **Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html>> Acesso em 20 de março de 2015.

GUSMÃO, I. B.; RAIFUR, L.; LEMES JUNIOR, A.B.. **Estrutura de capital e a competitividade das empresas Brasileiras**: um estudo na bovespa no período de 1997-2007. 2009.

OBSERVATÓRIO DA GESTÃO PÚBLICA. **Entendendo a lei de responsabilidade fiscal**. Disponível em: <<http://www.igepri.org/observatorio/?p=4826>> Acesso em 18 de março de 2015.

PUC - RIO. **A Ascensão da Nova Classe Média Brasileira sob a Ótica da Renda e do Crédito**. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia_Clarissa.pdf> Acesso em 16 de maio de 2015.

RUDIO, FRANZ VICTOR. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Ed. 30 Petrópolis: Editora vozes, 2002.

SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; SERVO, LUCIANA MENDES SANTOS; MENEZES; TATIANE; PIOLA, SÉRGIO FRANCISCO. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Volume 2 Brasília: Ipea, 2007.

SOUZA, NILSON ARAÚJO. **Economia brasileira contemporânea**. Ed. 2 São Paulo: Editora Atlas, 2008.

UNIFRA. **A Situação social do Brasil nos anos 80**. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/rangel/Salvatore%20Santagada%20-%20sociedade%20brasileira%20anos%2080.pdf>> Acesso em 25 de março de 2015.

UNISINOS. **Conjuntura da semana. Balanço de um ano do governo Dilma Rousseff**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/507043-conjuntura-da-semana-balanco-de-um-ano-do-governo-dilma-rousseff>> Acesso em 25 de março de 2015.

UOL. **Após 20 anos, real perde poder de compra e nota de R\$ 100 vale só R\$ 22,35**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2014/02/18/apos-20-anos-real-perde-poder-de-compra-e-nota-de-r-100-vale-so-r-2235.htm>> Acesso em 15 de março de 2015.

UOL. **Ranking do banco mundial traz Brasil como a 7ª maior economia do mundo**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm>> Acesso em 01 de dezembro de 2014.

UOL. **Entenda o que são os índices de inflação**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/guias-financeiros/entenda-o-que-sao-os-indices-de-inflacao.htm>> Acesso em 16 de maio de 2015.

UOL. **Plano real: fim da inflação e conquista da estabilidade econômica**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plano-real-fim-da-inflacao-e-conquista-da-estabilidade-economica.htm#fotoNav=1>> Acesso em 15 de março de 2015.